



PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Maria Geovanna Souto Gurimarães De Souza

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil garante diversos direitos individuais, o inciso LVII é conhecido por firmar o princípio da presunção de inocência.

Esse princípio estabelece que ninguém é considerado culpado até que uma sentença penal condenatória tenha se tornado definitiva, ou seja, até que não haja mais possibilidade de recurso. Ele é fundamental para assegurar que os acusados tenham a oportunidade de se defender adequadamente antes que sua culpabilidade seja declarada. Protegendo contra prisões arbitrárias e julgamentos injustos, garantindo que a culpabilidade só seja declarada após um processo justo, mesmo que uma pessoa seja condenada em primeira instância, ela ainda é considerada legalmente inocente até que todos os recursos tenham sido esgotados.

É crucial não apenas para a justiça no sistema jurídico brasileiro, mas também para garantir os direitos individuais dos cidadãos.

Objetivo

O objetivo do artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal brasileira é garantir a presunção de inocência como um direito fundamental de qualquer pessoa acusada de cometer um crime.

Material e Métodos

Os meios utilizados, relacionados à pesquisa foram decorrentes de artigos, livros, normas jurídicas e bibliografias, para que as obras consultadas durante a pesquisa resultassem em uma conclusão abrangente de determinado assunto. Elas serviram como um guia para uma literatura excelente, ajudando a garantir que nenhum recurso relevante fosse esquecido.

A diversidade de fontes e a análise cuidadosa dos materiais consultados permitiram uma compreensão mais profunda e abrangente do tema.

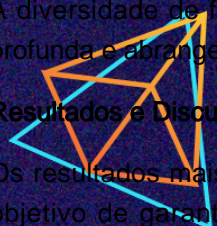
Resultados e Discussão

Os resultados mais relevantes do artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal brasileira estão ligados ao seu objetivo de garantir a presunção de inocência. Essa garantia fundamental tem importantes implicações na proteção dos direitos individuais e no funcionamento do sistema jurídico brasileiro.

Proteção contra prisões arbitrárias: O inciso LVII assegura que ninguém possa ser preso ou considerado culpado



3ª MOSTRA CIENTÍFICA





sem que haja uma sentença penal condenatória transitada em julgado. Isso impede a prisão arbitrária e protege os cidadãos contra o abuso de poder por parte do Estado.

Respeito aos direitos humanos: O inciso LVII está alinhado com os padrões internacionais de direitos humanos, garantindo que o Brasil cumpra seus compromissos de respeitar os direitos individuais, conforme estabelecido em tratados internacionais dos quais é signatário.

Conclusão

Contudo, cabe ressaltar que essa garantia não implica impunidade, mas sim a proteção contra julgamentos precipitados e injustos.

É essencial que o Estado assegure um processo penal justo e eficiente, no qual o devido processo legal seja observado em todas as suas etapas, garantindo, assim, a justiça e a equidade para todos os envolvidos.

A presunção de inocência não é apenas um direito individual, mas uma forma de proteção para a sociedade como um todo, promovendo a justiça, a segurança jurídica e a dignidade humana.

Referências

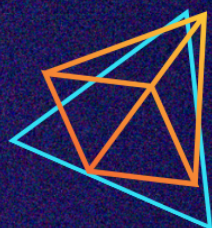
J U S B R A S I L :

https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=art.+5+da+constitui%C3%A7%C3%A3o+federal+de+88&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=lr_dsa_

POLITIZE: <https://www.politize.com.br/artigo-quinto/presuncao-da-inocencia/>

E-BOOK: Direito Constitucional, Carreiras Jurídicas 2023. Cristian Patric Sousa.

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera